

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

ticas públicas, monetárias e orçamentais, de estímulo ao investimento e ao consumo, outros defendiam a contenção orçamental. Quase cem anos depois reencontramos este debate no quadro da atual crise.

*José Maria Castro Caldas*

## **Reconhecimento**

Em sentido estrito, reconhecer é conhecer de novo, num processo conducente ao estabelecimento de relações de igualdade. Nessa linha, a premissa do reconhecimento consiste numa disponibilidade para a aprendizagem mútua, para substituir aquilo que nos distancia por aquilo que nos aproxima e enriquece reciprocamente. Ancorada nesse pressuposto ideológico, a política de identidade, fortemente ligada aos novos movimentos sociais, apoia-se na exigência de reconhecimento político, jurídico, social e cultural por parte de grupos previamente excluídos. Contudo, reconhecer implica também conceder legitimidade num contexto dominante de hierarquização e assimetria de poder. Quem reclama reconhecimento está necessariamente num lugar diferente de quem pode atribuir esse mesmo reconhecimento ambicionado. Esse é o paradoxo das minorias sociais que lutam por serem legitimados os seus direitos, ao mesmo tempo que contestam os mecanismos existentes para que as suas demandas sejam reconhecidas.

Teoricamente, o conceito de reconhecimento tem sido questionado por quem defende o primado da redistribuição, sublinhando a importância de tornar acessíveis de uma forma justa e democrática os recursos financeiros e culturais que, de uma forma mais holística, contribuem para a atribuição de reconhecimento num momento posterior.

Independentemente da validade dos argumentos utilizados, a falta de reconhecimento – cultural, jurídico, político ou social – assinala o estabelecimento e a consolidação de hierarquias de valor, mediante as quais determinados grupos ou categorias sociais são considerados mais ou menos relevantes por comparação a outros grupos ou categorias. Em situações de acentuado constrangimento socioeconómico, a tendência para a criação de prioridades traduz-se num agravamento das desigualdades geradoras de maior segregação. Desse processo circular, em que o reconhecimento é repetidamente substituído pela invisibilidade, resultam custos graves para os direitos de cidadania e para a qualidade da democracia e da justiça social.

*Ana Cristina Santos*